

Eleições 2010 e perspectivas políticas

Pe. Alfredo J. Gonçalves, CS*

O ano de 2011 inicia-se com um novo governo. Novo em termos, já que entre Luiz Inácio Lula da Silva, que sai, e Dilma Rousseff, que entra, não parece haver qualquer sinal de ruptura. Tudo indica que a palavra chave aqui é a continuidade. Para entender melhor o que pode vir pela frente, vale a pena um olhar atrás, um olhar ao redor e um olhar ao futuro no cenário político brasileiro. Quem sabe as luzes e sombras do passado nos ajudem a iluminar o palco atual dos acontecimentos e a projetar alguns traços quanto às perspectivas vindouras.



Retrospectiva histórica

Um rápido olhar aos clássicos da trajetória brasileira nos ajudará a entender melhor as perspectivas políticas para o Brasil de hoje. Semelhante retrospectiva tem três dimensões fundamentais: econômica, política e sociocultural. Do ponto de vista econômico, Caio Prado Junior e Celso Furtado, entre outros, mostram que a economia brasileira nasceu assentada sobre um tripé: latifúndio, trabalho escravo e monocultivo de

exportação. De fato, desde as sesmarias no tempo da colônia, passando pelo império e chegando à república, o Brasil sempre priorizou a grande propriedade, a exploração máxima do trabalho e os interesses do mercado externo.

Semelhante tripé, além de chave para entender o passado, é também uma metáfora para entender o presente. Basta ter em conta, por exemplo, o apoio da política econômica à agroindústria, pecuária de grande porte e mineração; ao agronegócio em prol do mercado internacional e ao “latifúndio” das comunicações e da telefonia. De outro lado, é notória a precarização das relações de trabalho, com o retorno do trabalho escravo, infantil, feminino com remuneração inferior, domiciliar – formas execradas pela história. Especialmente nas safras agrícolas e nos serviços domésticos, é flagrante a degradação regressiva do trabalho.

Do ponto de vista político, Raymundo Faoro, com *Os donos do poder*, cunha o termo patrimonialismo, para expressar a apropriação privada da *rex publica*. A promiscuidade entre o público e o privado chega a tal ponto, que nem os políticos nem o povo, sabe mais distinguir um do outro. O orçamento e os privilégios do poder servem ao enriquecimento de setores reduzidos da população: oligarquias, famílias,

compadres... Daí a compra e venda, ou tráfico puro e simples, da influência política.

Não é à toa que, na história brasileira, sejam facilmente identificados “os donos” de determinados Estados da União. Poucas e ricas famílias se apropriam do espaço público, seja para se locupletarem, seja para de manterem no domínio do poder. Frequentemente o círculo se fecha: a riqueza gera poder e este, por sua vez, abre portas para novas formas de enriquecimento, lícito ou ilícito.

Também aqui, a expressão “donos do poder” se presta simultaneamente como chave e metáfora para ilustrar o funcionamento da política brasileira. O patrimonialismo leva não poucos políticos a gerirem a os negócios públicos como se fossem patrimônio particular, uma extensão da própria casa ou fazenda. Tanto que as obras realizadas com dinheiro público – estrados, escolas, hospitais, etc. – passam a ser vistas como benefícios do Dr. Fulano, Dr. Sicrano ou Dr. Beltrano.

Enfim, do ponto de vista sociocultural, Gilberto Freire, com *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, põe a nu o fato de que, enquanto a Casa Grande dispõe de privilégios intocáveis, a Senzala deve contentar-se com favores eventuais. Favores que dependem do humor do contexto social. Quanto este é desfavorável, os favores são facilmente substituídos por chicote, exército, polícia... Ou seja, ao longo dos tempos, quando os moradores da senzala se organizam e pretendem transformar os “favores” em “direitos adquiridos”, a resposta tem sido a repressão. Os episódios de Canudos, Palmares, Contestado, Cabanas, Quebra-quilos, etc. são exemplos disso.

A metáfora de Casa Grande & Senzala também se presta não só para entender a história passada, mas para ilustrar o estado atual da sociedade brasileira. Condomínios fechados convivem com favelas, apartamentos de luxo com sórdidos cortiços, desperdício com a pobreza e a fome, carros importados com um transporte público precário, planos de saúde privados e escoladas particulares com o abandono da saúde e da educação públicas.

Projetos de nação ou projetos de poder

Com o pano de fundo traçado no item anterior e de acordo com alguns analistas políticos, com destaque para José Luiz Fiori, é possível identificar no cenário da política brasileira três projetos mais ou menos distintos. Não são três propostas definidas, explícitas, com fronteiras precisas. Mas três tendências de caráter político e econômico que emergem no decorrer das últimas décadas.

A primeira pode ser chamada de *nacional conservadora*. Pressupõe as riquezas naturais do Brasil, aliadas à experiência de um povo criativo e trabalhador. Conta com a possibilidade de construir um país autônomo, livre e soberano, mas sem mexer nas estruturas assimétricas e injustiças que datam dos tempos coloniais. Desenvolve um grande parque industrial, para fabricar os produtos até então importados, mas cria leis trabalhistas baseadas na *Carta del Lavoro* (Itália de Mussolini). Não seria, por exemplo, o projeto do Estado Novo, de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek?

A segunda tendência é batizada de *nacional popular*. Também esta supõe a riqueza do solo e do povo brasileiro, visando construir um país autônomo, livre e soberano. Ela tem raízes na

resistência indígena, negra e popular dos séculos passados. Mas nas décadas de 1950 e 1960, ela ganha contornos mais definidos. Exemplos disso são as Ligas Camponesas, o método de educação de Paulo Freire; Brizola e João Goulart, apesar de suas contradições; a universidade brasileira, especialmente com Darcy Ribeiro; o movimento estudantil; a música popular e a arte, e assim por diante. Há uma cara indefinida de projeto popular, de matizes socialistas.

Surge então a terceira tendência, de *corte liberal/neoliberal*, que com o golpe de 1964, corta a cabeça do “projeto popular”. Os militares atrelam o país ao mercado financeiro internacional e iniciam o processo de endividamento externo. O Brasil torna-se satélite dos países centrais como grande fornecedor de matéria-prima. Também esta tendência tem raízes na época do capitalismo mercantil, com os chamados ciclos econômicos. Além dos militares, serão os presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso que levarão a cabo o “entreguismo brasileiro” mais descarado, através das privatizações e da abertura ao capital internacional. Utilizando uma observação de Chico de Oliveira, trata-se de *projetos de nação*, com a atenção voltada para os setores mais pobres da população brasileira, ou, ao contrário, de *projetos de poder*, numa tentativa de aferrar-se com unhas e dentes ao osso conquistado.

Décadas de 1970-1990

No início da década de 1970, o projeto de tendência popular começa novamente a levantar a cabeça. Vários igarapés surgem: comunidades eclesiais de Base (CEB's), iluminadas pela Teologia da Libertação; movimentos populares, contra a carestia e a favor de outras reivindicações; sindicalismo

combativo, movimentos estudantis e a contribuição de “intelectuais orgânicos” (expressão de Gramsci). Estes igarapés convergem para formar um grande rio que, nos primeiros anos de 1980 reúne todas essas águas para fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Desde então, assistiremos ao embate político de dois projetos cada vez mais definidos. De um lado, o projeto neoliberal, que aborta o movimento das Diretas Já, e toma as rédeas do poder, ganhando seguidamente as eleições majoritárias; de outro lado, o projeto nacional popular que, desde 1982, inicia a disputa pelo poder a partir dos municípios, depois dos Estados e por fim, em 2002, chega ao Palácio do Planalto com a eleição inédita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula não é um meteoro, ou um aventureiro que aparece do nada. Sua trajetória tem raízes profundas nos movimentos sociais e nas organizações de base das quatro décadas precedentes ao pleito eleitoral que o levou à Presidência.

Se, nos anos de 1980, os movimentos e organizações sociais se consolidam e se fortalecem, nos anos 90, passam a um entrelaçamento inédito de parcerias. Contribuiu para isso as Semanas Sociais Brasileiras, o Grito dos Excluídos, a Campanha Jubileu Sul, a Consulta Popular, O Seminário e Tribunal da Dívida Externa – redes que se ampliam em nível nacional e internacional e que vão desaguar na organização dos Plebiscitos e nas Assembléias Populares. É neste contexto que Lula chega à cadeira presidencial.

Governo Lula

Quando chega a Brasília, três fatores fizeram Lula dar as costas ao projeto popular e contentar-se com a

administração do projeto neoliberal. Primeiramente, estabelecer uma aliança pela governabilidade num cenário de forças tão desiguais, é necessariamente fortalecer o mais forte. Não se faz aliança entre tubarões e sardinhas. A famigerada Carta ao Povo Brasileiro expressa essa opção. Depois, o PT ganhou o governo, mas não ganhou o Estado. O Estado brasileiro, com seus múltiplos órgãos e instâncias, histórica e estruturalmente mantém-se retrógrado ao extremo e avesso a qualquer tipo de mudança. Por fim, as expectativas levantadas na população, pela vitória de um presidente operário, estavam muito acima da capacidade organizativa e mobilizadora das forças sociais.

O governo Lula passa a ignorar essas forças, procura ganhar espaços no cenário internacional e entrega o controle do Banco Central a Henrique Meirelles, um dos grandes pivôs da política neoliberal. Ironia do destino, o governo do PT, criado no berço das forças sociais, assume a ingrata tarefa de gerenciar a crise do neoliberalismo. Paralelamente a isso, nos eventos dos movimentos e organizações de base começa uma ladainha onde as palavras mais sublinhadas são: desilusão, desencanto, perplexidade, desestímulo, apatia, desmobilização, cooptação, indignação, entre tantas outras.

Para usar uma metáfora de Jean-Claude Guillebaud, se a nave Brasil foi colocada pelos governos anteriores no *piloto automático* do mercado global, o presidente Lula foi eleito para retomar o *piloto manual* e tentar uma guinada na direção das reformas básicas e urgentes, aspirações da população de baixa renda. As forças de direita não o permitiram fazer isso. Sobrou ao presidente eleito pouca margem de manobra. Por uma parte, cresciam os lucros do sistema financeiro e desenvolvia-se

agronegócio, por outra, o governo procurava distribuir algumas migalhas aos pobres: bolsa-família, crédito mais acessível, cotas nas universidades, aumento do salário mínimo, criação de novos empregos, entre outras. Trata-se aqui de políticas públicas ou políticas compensatórias? A pergunta remete a um debate nada ocioso nos dias atuais.

Democracia a meio caminho

Antes de entrarmos nas perspectivas do governo Dilma Rousseff, cabe avaliar uma observação pertinente de Bertrand Russel. Segundo este autor, a democracia ocidental, em sua trajetória acidentada, conseguiu eliminar as dinastias políticas. O poder monárquico ou imperial, dos séculos passados, transmitido de pai para filho, muitas vezes coroado e abençoado pelos poderes eclesiásticos, foi totalmente banido dos países ocidentais. O governo passa a ser um “Contrato Social” (Rousseau, Hobbes) entre as forças sociais: teoricamente, emana do povo, pelo povo e para o povo.

Por outro lado, ainda de acordo com Russel, a democracia ficou a meio caminho. Não conseguiu chegar aos subterrâneos mais intrincados da economia. Neste campo do patrimônio acumulado, as fortunas passam de pai para filho, e as dinastias continuam intactas. Ninguém questiona o “direito natural” dos descendentes herdarem os bens de determinado milionário ou bilionário, pouco importando a forma como tal riqueza foi adquirida. Terras, contas bancárias, edifícios, ações, patentes, marcas, etc. são “bens de família” a serem distribuídos entre os filhos e netos.

Ocorre que os detentores das dinastias econômicas acabam recriando as dinastias políticas. São eles que podem pagar o alto preço de campanhas

eleitorais, que podem bancar os marqueteiros e que podem expor o rosto e o pensamento na grande mídia. O poder econômico compra o poder político e este, a seu turno, garante acesso a outras formas de riqueza. Fecha-se o círculo vicioso do ter e do poder: um bom patrimônio tem condições de fazer uma boa campanha e ganhar as eleições, o que abre portas para o acúmulo de novos bens. Não é à toa que alguns “donos do poder”, como vimos acima com Raymundo Faoro, vão se perpetuando numa espécie de cadeira cativa no Senado, na Câmara e em outras funções de grande prestígio.

Mais grave ainda quando tudo isso vem reforçado pela força da máquina administrativa. Quando prefeitos, governadores e presidente, além de vereadores, deputados e senadores, se atiram de corpo e alma ao processo eleitoral, fica difícil para o eleitor estabelecer um linha demarcatória entre o que é governar e o que é fazer campanha. Aliás, fica difícil para o próprio político. Também aqui as fronteiras se borram com frequência inusitada. Tanto no moralismo entre o bem e o mal, quanto na opção ética entre exercer o mandato ou atuar como cabo eleitoral, os limites se mesclam e se confundem.

Nos dois casos, falta ao país o que se poderia chamar de uma cultura democrática ampla e plural. Uma espécie de campo de disputa independente dos personalismos, autoritarismos, centralismos e moralismos religiosos, por um lado, e independente, por outro lado, das grandes fortunas, das oligarquias sobreviventes, do tráfico de influência, do prestígio e privilégio das classes dominantes e do poder exacerbado da mídia.

Nesta perspectiva, não basta eleger “políticos democráticos”, que não raro acabam sendo manipulados pelas forças de um Estado historicamente viciado em manter os privilégios da Casa Grande em detrimento dos direitos da Senzala, para voltar a Gilberto Freire. É preciso estabelecer estruturas democráticas de gestão da “*rex publica*”, as quais independam dos mandatários de plantão, por uma parte, e, por outra, possam ser controladas por representações da sociedade civil organizada. Somente com raízes bem fincadas no solo das reivindicações populares – solo úmido de suor, lágrimas e sangue de tantos cidadãos – é que a árvore da gestão política pode esquivar-se à manipulação das raposas que há séculos controlam a ferro e fogo o mando da nação.

Perspectivas de futuro

Há uma boa safra de autores que vêm tentando prognosticar as perspectivas do governo presidido por Dilma Rousseff, com uma série de análises pertinentes. Entre eles, podemos destacar: os sociólogos Ivo Lesbaupin e Rudá Ricci; os professores Vladimir Safatle (USP), Ivana Bentes (UFRJ) e Luiz Werneck Vianna (Iesp-Uerj); os economistas e/ou cientistas políticos André Singer (Cebrap), Francisco de Oliveira, Emir Sader, César Zucco e Tânia Bacelar de Araújo.

Nessas análises, surge com força o termo “lulismo” atribuído à gestão de oito anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, para designar uma espécie de reciclagem do “getulismo” ou do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Trata-se de um neoliberalismo com marcado acento social, através de programas voltados para os setores de baixa renda: bolsa família, minha casa minha vida, micro crédito, aumento do salário mínimo,

geração de novos empregos quotas para negros nas universidades, entre outros. Há uma tentativa de maior interferência na economia de mercado, associada à promoção de benefícios sociais, com relativa distribuição de renda. Não está descartada certa dose de centralismo político temperado com um populismo retórico, que explica a popularidade do presidente Lula e a eleição de sua candidata.

De todos os autores citados, citemos um a título de exemplo. De acordo com o sociólogo Ivo Lesbaupin, a nova presidente (ou presidenta) Dilma representará, basicamente, a continuidade do governo Lula. Segundo ele, “muitas coisas deram certo, ainda que o governo continue sendo neoliberal, mas que, ao tomar algumas medidas, teve consequências positivas. Enquanto o governo Fernando Henrique gerou desemprego, diminuição das políticas sociais, o governo Lula não mexeu nas políticas sociais. Saúde e Educação, por exemplo, continuam tendo espaço muito pequeno no orçamento, mas no que ele mexeu, ajudou a melhorar a situação dos mais pobres, o que faz, como dizem alguns analistas, ser aprovado pelos mais pobres e pelos mais ricos. O governo Dilma dará continuidade a isso”.

Em outras palavras, ao termo “lulismo” segue-se a expressão “continuidade”. A pergunta é até que ponto vai essa continuidade. Dilma conseguirá se desvencilhar da “herança bendita” de Lula e traçar um rumo e um ritmo próprio? Neste sentido, quais seus principais desafios como primeira mulher presidente do Brasil? A pergunta, no fundo, constitui uma encruzilhada, que nos levaria a uma série de veredas sem fim. Mas podemos afunilar a resposta detendo-nos em

alguns temas cuja urgência nos parece mais evidente.

De início, é preciso dizer que a campanha eleitoral fugiu dos problemas que mais afetam a população brasileira. Polarizado e fortemente agressivo, o pleito tendeu a surfar nas ondas de determinados assuntos espetaculares, deixando de lado o que toca no bolso e na vida cotidiana de cada cidadão: impostos estratosféricos, terra e trabalho, moradia, saúde, educação, transporte público, meio ambiente. Nada disso mereceu um tratamento mais sério, na linha de políticas públicas consistentes.

Outra fuga de ambos os candidatos foi a questão das reformas: política, tributária, trabalhista, agrária e agrícola. Tornaram-se como que tabus intocáveis. Em época de angariar o máximo de votos, melhor não trazer à tona os entraves históricos e estruturais da trajetória política brasileira. Quem tem medo de picada não mexe em caixa de marimbondos! Mas agora as coisas são diferentes. A presidente está eleita e os mesmos entraves logo passarão a bater à porta de seu gabinete. Como desatar esses nós que costumam emperrar toda e qualquer reforma de caráter mais substancial? O governo Lula bem que tentou, mas se bateu duramente contra as oligarquias tradicionais, como a bancada ruralista, só para citar um exemplo.

No começo da gestão Lula falava-se de uma “herança maldita”, supostamente deixada pelo governo FHC. Sobre ela jogava-se a culpa de uma timidez crônica, bem como a necessidade de fazer alianças pela governabilidade. Contra esse muro se quebraram os sonhos e expectativas populares depositadas num programa que prometia muito mais do que foi capaz de efetivar. Não temos mais herança

maldita. Ao contrário, Lula está fazendo de tudo para deixar uma “herança bendita”. Se na passagem anterior era possível apelar para uma ruptura ideológica, ou coisa que o valha, no dia 1º de janeiro será a continuidade que irá prevalecer.

Mesmo assim, não dá para tapar o sol com a peneira. Por mais que a propaganda governamental procure alardear os feitos e resultados dos últimos oito anos, as lacunas são evidentes. E lacunas do tamanho de elefantes, tais como portos e aeroportos, sistema viário e ferroviário, busca de fontes energéticas compatíveis com o meio ambiente, controle do sistema financeiro... A lista seria longa!

Conhecer o passado para avançar

Vale a pena voltar a alguns nomes da sociologia, da antropologia e até a literatura brasileira para descortinar possibilidades históricas. É a arte da arqueologia: escavar o terreno do passado para não repetir seus erros. Ou a arte da psicanálise: voltar

ao berço para exorcizar as sombras que o atormentam e avançar em direção à fronteira, com seus novos desafios. Alguns estudiosos de diferentes campos do saber, de um lado, e, de outro, três “ismos” podem nos ajudar nessa busca. Quanto ao método, trabalharemos com o binômio entraves e potencialidades.

Quanto aos estudiosos, estamos falando dos antropólogos Darcy Ribeiro e Maria Isaura Pereira de Queiroz, dos sociólogos Florestan Fernandes e José de Souza Martins, além dos escritores

Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e Lima Barreto. A obra dessas figuras, embora díspares, converge no seu conjunto para um primeiro “ismo”, muito recorrente na América Latina e no Brasil: o messianismo. A idéia de um salvador da pátria faz parte da herança política brasileira. Ela tem origem na Península Ibérica, com o sebastianismo, por exemplo, mas é no Brasil que encontrará um terreno extremamente fecundo. Nesse sentido, além do voto de cabresto e do voto consciente, o cidadão brasileiro prima pelo *voto de transferência*. Abdica do exercício da própria cidadania, transferindo-o para seu representante eleito. O cidadão tende a votar e voltar para casa: cruza os braços e espera as mudanças do político-salvador. Aí está um entrave

que, por uma parte, acomoda os eleitores cada vez mais dependentes, enquanto, por outra, deixa os eleitos livres e soltos para trabalhar não tanto em prol das necessidades da população, e sim na luta por sua reeleição.

Em termos de potencialidade, como passar dessa

democracia representativa para um tipo de democracia mais participativa? Para isso se impõe a necessidade de criar e/ou fortalecer novos canais de participação popular, novos mecanismos e instrumentos de controle do poder e do orçamento públicos. Falar de democracia direta é um sonho muito distante, e talvez inalcançável, mas é possível avançar para um debate político e político-partidário onde os diversos setores da população tenham maior incidência e poder de decisão. Neste caso, além de votar, é necessário



acompanhar de perto as ações e posturas dos políticos eleitos.

O segundo “ismo” que tem florescido historicamente nos países latino-americanos é o caudilhismo. Uma consulta ao dicionário Aurélio traduz o termo por “chefe militar, cabo-de-guerra, chefe, mandachuva”. Embora mesclado com a noção de salvador da pátria e de “donos do poder”, o caudilho tende a ser mais centralizador, usar uma tropa de choque para impor suas idéias e seu programa. Algumas lideranças eleitas pelas forças sociais, na América latina, apesar do discurso de esquerda, muitas vezes carregam certo ranço caudilhista. Neste caso, corre-se o risco de sacrificar a prática democrática, com a retórica de implantar a democracia a qualquer preço. Pode-se chegar ao cúmulo de utilizar a popularidade ou o poder das massas para a manutenção de decisões nem sempre tomadas em comum. É o entrave da democracia utilizada contra o exercício o diálogo difícil, mas sadio e saudável, com os diversos setores em jogo.

O combate ao caudilhismo passa pela construção, lenta e laboriosa, de estruturas democráticas que independam dos senhores de plantão. Daí o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Potencialmente, trata-se de contar não tanto com o personalismo desta ou daquela liderança, e sim com representantes de amplos setores da sociedade, como por exemplo, movimentos ambientalistas, ligados a um desenvolvimento justo e sustentável; defensores dos direitos humanos, especialmente terra, trabalho, habitação, escola, saúde, segurança, etc.; combate a todo tipo de trabalho escravo e degradante, como também a todo tipo de tráfico humano para exploração sexual ou trabalhista; maior espaço para a participação da mulher e

das minorias étnicas na política e nas decisões.

Por fim, ainda vinculada à idéia de caudilho, não podemos deixar de fora o vício do autoritarismo: é a prática truculenta e ostensiva de quem perdeu ou nunca teve autoridade legítima, embora ocupando cargo decisivo. Esse “ismo” nos remete inclusive ao Evangelho. Por várias vezes os interlocutores de Jesus constataam que “Ele falava e ensinava como quem tem autoridade” (Mc 1,22). Diferentemente dos escribas, fariseus e saduceus, revestidos de solenidade e estabelecidos no poder, as palavras e ações do profeta itinerante de Nazaré, em sua pobreza e simplicidade, repercutiam no coração dos ouvintes. Falavam do embate cotidiano de suas vidas e seus problemas. Estavam em sintonia com seus desejos e temores, com seus sonhos, lutas e esperanças. O autoritarismo corrói e mina a verdadeira autoridade: parte facilmente para o murro na mesa, para o grito, para o dedo em riste. Nem precisaria lembrar que esse entrave pode ser tanto de direita quanto de esquerda. No primeiro caso, o autoritarismo explica as clássicas oligarquias nacionais; no segundo, explica o corporativismo exclusivista, acompanhando de um comando altamente concentrado. Alguns utilizariam o termo leninismo de forma pejorativa.

Desde o âmbito familiar até a esfera pública, passando por organizações de base ou pela comunidade, o autoritarismo só pode ser combatido com uma prática democrática como exercício permanente. Não basta capacitar lideranças e preparar quadros para o controle das decisões políticas. É necessário que elas e eles estejam em constante articulação com as bases. A reflexão nos remete ao “intelectual

orgânico” de Antonio Gramsci: não é aquele que conduz as massas, mas que se deixa conduzir por elas. Isto é, aquele que é capaz de identificar, interpretar e sistematizar os anseios mais profundos das massas, devolver e elas esse saber, para ajudá-las a dar um passo à frente. Tampouco é aquele que responde às expectativas populares imediatas, aparentes e momentâneas, mas que se torna capaz de distinguir entre necessidades efêmeras e necessidades básicas e fundamentais. Com isso, foge ao populismo fácil como forma de adquirir autoridade. Esta lhe vem, antes, da capacidade de estabelecer uma dialética profunda e fecunda entre a práxis transformadora e a teoria política. Uma sintonia crítica, em circularidade, entre ação e reflexão e que, ao mesmo tempo, seja capaz de canalizar as potencialidades ocultas nas forças populares em vista de mudanças urgentes e necessárias.

Conclusão

O cenário político após a eleição de Dilma Rousseff oscila, a meu ver, entre esses entraves e essas potencialidades. Evidente que há outros fatores de relevância, mas não é difícil agrupá-los entre as dimensões apresentadas. Para que lado deve pender a gestão Dilma? Para o congelamento dos entraves, que atravessam a trajetória histórica e estrutural do país? Ou para o desenvolvimento das potencialidades, o qual exige mudanças substanciais a curto, médio e longo prazo?

Duas observações podem servir para colocar um ponto final nesta reflexão, a qual, de resto, não pretende ser exaustiva nem conclusiva. A primeira refere-se à formação do próprio governo, especialmente em seus escalões mais elevados. Prevalecerão os políticos, os burocratas, os técnicos ou os sindicalistas e representantes dos

movimentos sociais? Ou uma mistura de tudo isso? Também não podemos esquecer que, sendo a presidente mulher, poderá haver maior abertura para a participação das mulheres nos escalões decisórios. De qualquer forma, o horizonte de nosso destino depende em grande medida desse quadro. Não é difícil cair no domínio das oligarquias, tão presentes ainda no palco da política: ou uma “oligarquia ilustrada”, acadêmica, tecnoburocrática, com propensão a um projeto de poder sintonizado com as forças retrógradas e avessas a mudanças; ou uma “oligarquia da companheirada”, onde predominariam as lideranças oriundas do movimento sindical, estudantil ou popular, mas sujeita ao vírus do corporativismo. Como escapar desses perigos?

O único meio de fugir a uma gestão predominantemente oligárquica é o diálogo e a abertura permanente com representantes dos setores de baixa renda: movimentos populares, pastorais sociais, organizações não governamentais, minorias étnicas, instituições como OAB, CNBB, CONIC, universidades, etc. É um diálogo trabalhoso e difícil, às vezes truncado, mas absolutamente necessário. A nova “aliança pela governabilidade” ou passa pela sociedade civil organizada ou cai numa mescla de interesses impossível de administrar. E daí ao balcão de negócios da política, onde se instala o toma lá dá cá, o passo é muito curto.

Em síntese, somente um mergulho sério no dia-a-dia da realidade brasileira, particularmente em seus porões mais sórdidos e infestados ou em seus grotões mais longínquos e desconhecidos, pode salvar a política de uma mera defesa dos privilégios da Casa Grande, com algumas migalhas

atiradas para a Senzala. Aqui é urgente encontrar canais de transmissão entre, de um lado, o que se fala nos pontos de ônibus, nos botecos, nas feiras livres, nos supermercados, no metrô, trem ou ônibus, nos estádios de futebol, no

interior das famílias, nas comunidades, associações... e, de outro lado, o que se discute e se decide Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e nos Tribunais de última instância.



* **ALFREDO J. GONÇALVES** é padre carlista e provincial da Congregação dos Carlistas.